

Difíceis tarefas à frente

O senador Fernando Henrique Cardoso foi proclamado ontem presidente eleito do Brasil. Por coincidência, ou sintomaticamente, o dia de ontem foi também aquele em que o presidente eleito se encontrou com o presidente da República para dar início, oficialmente, ao processo de transição. Esse processo, desde já, está marcado por sintomas de desentendimento entre o ministro da Fazenda e a equipe econômica que o senador Fernando Henrique Cardoso deixou claro que manterá. Caracteriza-se também por temores de que as pressões salariais de setores privados e do funcionalismo acabem forçando a indexação, e por uma reação, ainda não declarada, mas bastante clara, do empresariado contra providências dessa equipe econômica que continuará a postos depois de janeiro, providências essas que não atentam para as necessidades do setor produtivo, além de contrárias a medidas igualmente oficiais tendentes a colocar mal perante a sociedade todo o setor empresarial.

Essa é uma das faces do polígono da crise brasileira. O senador Fernando Henrique Cardoso deve ter tido tempo, desde que assumiu a chancelaria até a eleição, de dar-se conta de que a crise é estrutural, portanto profunda. Aliás, S. Exa. tem razões pessoais para ver como é difícil encaminhar soluções: o destino de seu projeto de lei sobre concessões de serviços públicos, que só agora (depois de quatro anos!) volta ao Senado depois de refeito pela

Câmara, é o símbolo das dificuldades que terá de enfrentar não no plano político-legislativo — que delas se fala todos os dias —, mas no campo da infra-estrutura do País, sem a qual pouco adiantará pretender o crescimento da economia. Afinal, para que a economia cresça, é preciso que haja transportes (estradas e portos), que haja telecomunicações, que haja energia. Isso como mínimo. Nesse setor, o presidente eleito deve ter observado que o descalabro já existia em seu tempo de senador, tão grande que o atual chefe do governo teve de decretar o estado de calamidade pública das estradas para dispor legalmente de dinheiro (já que não havia orçamento) para iniciar obras de conservação. Mesmo em São Paulo, que sempre se destacou por possuir uma infra-estrutura adequada a sua economia, a situação é grave — e tenderá a perder, comprometendo o êxito de qualquer providência federal para dinamizar a economia. Não é bairrismo que nos move — são as estatísticas sobre a participação de São Paulo na formação do PIB brasileiro. Ainda que se queira deixar o caso paulista de lado, basta olhar para o Sul e ver a preocupação com que nos Estados sulinos se vê a chegada do dia 1º de janeiro, quando começará a funcionar o Mer-



cosul, com estradas esburacadas, comunicações deficientes, portos — lá como cá, aliás como praticamente em todo o Brasil — incapazes de atender a uma maior solicitação de carga e descarga a custos competitivos internacionalmente.

As dificuldades que o presidente da República enfrentará a partir de 1º de janeiro para encaminhar a solução dessas questões não serão poucas. É que todas elas se interligam: as político-legislativas (formar maioria

confiável, dirimir conflitos de personalidades, apagar susceptibilidades), as econômicas (recuperar a confiança do empresariado, que, como disse grande industrial paulista, aguarda definições claras para de fato investir), as sociais propriamente ditas, as morais (talvez especialmente essas) e aquela crucial, embora não estrutural, que é a do Rio de Janeiro. Queramos ou não, limitemo-la aos limites da cidade ou às divisas do Estado do Rio, o problema afeta a União e deve merecer pelo menos diretrizes presidenciais às Forças Armadas.

É por tudo isso que a Presidência da República deve voltar a gozar do prestígio que lhe é insito e não ficarem, o respeito e a autoridade que decorrem delê, ao sabor das preocupações sentimentais de amigos ou das influências das

amizades eletivas. Ter presidido com correição uma eleição em que votaram 90 milhões de brasileiros e, mais que isso, ter conseguido não se intrometer na aplicação de um plano da magnitude do Plano Real, credencia um presidente ao respeito político dos cidadãos. Esse respeito político, porém, não basta — é necessário que a ele se associe aquele que se reconhece à autoridade de quem ocupa o posto de maior autoridade na estrutura do Estado. O

Os problemas estruturais, políticos e morais que o presidente enfrentará após a posse são muitos

senador Fernando Henrique Cardoso apercebeu-se da diferença que existe entre esses dois tipos de "respeito" — e por mais que faça para distinguir o presidente Itamar Franco com seu conhecimento e amizade, sabe que deverá imprimir à sua Presidência marcas totalmente diversas. Só assim, quando a Presidência deixar de empregar artifícios baratos como a reedição de medidas provisórias (que acentuam o poder pessoal e discricionário, mas retiram autoridade ao chefe de Estado) e não se dedicar a campanhas de marketing pessoal-sentimental, é que será possível enfrentar com energia as questões que se colocarão no próximo quadriênio, a todos os títulos decisivo para o futuro do Brasil.